

Margarida Calafate Ribeiro, **Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo**, Porto, Edições Afrontamento, 2004, 464 páginas.

Uma História de Regressos, Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo, de Margarida Calafate Ribeiro, traz-nos um olhar sobre a história de Portugal, visto sobretudo a partir da produção literária — e também política —, através da análise da relação simbólica entre Portugal e o seu império num período alargado de tempo que vai desde os Descobrimentos até ao período pós-colonial.

Na introdução a autora justifica a escolha de alguns conceitos de Boaventura de Sousa Santos, como o de «imaginação do centro». Em sua opinião, «a dimensão simbólica da política portuguesa que conduz à elaboração de uma imagem de Portugal como centro» realizou-se «através do império», encobrindo uma «imagem portuguesa ligada à sua realidade vivencial de periferia que ‘imagina o centro’» (p. 12). Essa imagem, ponto de partida da análise, teria origem no período dos Descobrimentos, de que «*Os Lusíadas* são o espelho textual», e que, no imaginário imperial português, «se expande e transfere do Índico para o Atlântico e para as visões do Quinto Império do Padre António Vieira» (*ibid.*). A autora utilizou e adaptou a expressão «imaginação do centro», e o conceito nela contido, e rebaptizou-a por «o império como imaginação do centro», que é o conceito condutor do livro. Por outro lado, inspirou-se no pensamento de Eduardo Lourenço sobre a identidade portuguesa «tendo como epicentro de análise o registo literário» (p. 15). Na sua abordagem foram ainda importantes o conceito clássico de *translatio imperii*, isto é, «a ideia de que o centro do império [...] se vai transferindo, ou ‘transladando’, de um lugar para o outro» (*ibid.*), e o que se tem designado por teoria ou estudos pós-coloniais.

O livro divide-se em quatro capítulos. No primeiro analisam-se as imagens de centro e as imagens de periferia, enfatizando-se dois pontos-chave: «Portugal, a Europa e o centro» e «Portugal, o império e o centro». Foram as descobertas que trouxeram o levantamento da questão da identidade num encontro do qual saiu valorizado o europeu e uma Europa encarregue de pôr em acção uma «missão civilizadora» cristã. Posteriormente, na «Era dos Impérios (1875-1914)», como a designou Eric J. Hobsbawm, o olhar europeu sobre África foi alargado e aprofundado pelas teorias científicas do século XIX que tentaram organizar, sistematizar e hierarquizar todos os seres humanos, inclusivamente através do racismo científico. Como resultado, a diferença entre «eles» e «nós» foi hiperbolizada e tal justificava um olhar da Europa sobre a África. Como refere a autora, a África deu à Europa a «dimensão imperial moderna de que ela necessitava» e o «lugar ideal para onde transferir os conflitos que à data se faziam sentir» (pp. 23-24).

Por toda a Europa oitocentista surgiram sinais do «competitivo imperialismo» e uma literatura que exemplificava a celebração dessa centralidade. Neste contexto, porém, Portugal era «uma nação imperial decadente e esvaziada, vítima da sua dependência do Brasil, entretanto perdido, e de um país distante da Europa», que surgia «num espaço de fronteira [...] entre a sua herança histórica espalhada pelo mundo e a periferia europeia» (p. 26).

Na parte intitulada «Portugal e a imagem de centro», *Os Lusíadas* são assumidos como «o discurso fundador da identidade de uma pátria em expansão» e o símbolo da «gloriosa voz onde a imagem nacional e a imagem imperial se fundem» (p. 40). No que respeita às «imagens de Portugal imaginando o centro», destaca-se a expedição do rei D. Sebastião a Marrocos e a derrota de Alcácer-Quibir. Segundo a autora, é este episódio que traz «o maior fantasma e a maior fantasia da mitologia portuguesa» e nele se concentra «a mais profunda imagem de Portugal como periferia — na imagem da nação chegada ao fim — e a mais exorbitante imagem de centro, pela possibilidade de reimaginar a nação desejada, consubstanciada na miragem de ‘voltar a ser’» (p. 41). Entre as «imagens de periferia» surgem também a dependência dos ingleses e a mudança do centro imperial para o Brasil.

No segundo capítulo, intitulado «Identidade, imagem e império africano no imaginário político-literário dos séculos XIX-XX»¹, a autora reflecte sobre o conceito de «império como imaginação do centro», desde «o Portugal esvaziado entre o Brasil e a África até às novas rotas da imaginação do centro traçadas pelo isolamento estado-novista» (p. 19). Dos textos mais celebradores aos mais pessimistas, todos vão tentando preencher uma lacuna, que a história tinha deixado, à custa dos imaginários imperiais. Com o virar para África procurava-se criar outro império que poderia vir a ser mais poderoso do que o do Brasil. Contudo, entre outros factores, a África era «objecto de disputa entre Portugal e a sua ex-colónia da América do Sul, que há muito dominava os territórios de Angola e controlava alguns portos de Moçambique» (p. 56). Neste contexto surgem discursos, sobretudo elaborados por historiadores e escritores, acerca da existência ou não da nação portuguesa. Tanto a ideia de Alexandre Herculano de que Portugal era uma colónia do Brasil, retomada depois por Oliveira Martins, como a «irrealidade e a falta de empenho evidente» (p. 63) dos políticos no projecto africano, retratadas por Eça em *Os Maias* (1888), assim como os males da escravatura e o equacionamento da venda de colónias, contribuíam para uma imagem de Portugal como periferia europeia.

¹ É este o título que figura no índice e na p. 55. Porém, na introdução o título é citado de forma diferente: «O império como imaginação do centro — identidade, imagem e império africano no imaginário político-literário do final do século XIX e do século XX» (p. 19).

Apesar de considerada por alguns um «império teórico», a África vai tornar-se alvo de estudos e de viagens de exploração, promovidos pela Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), dos quais resultaram várias publicações e debates. Neles vai denotar-se «a recuperação da imagem de Portugal como centro, via império africano» (p. 76). Contudo, figuras como Oliveira Martins, entre outros, perceberam que Portugal só seria uma potência em África se o fosse na Europa. Para os homens da geração de 70, o *ultimatum* (1890) foi a «grande humilhação necessária para acordar a nação de um sono de três séculos» (p. 86) e «a razão da existência portuguesa era ter sido» (p. 99). Na p. 98 a autora fala pela primeira vez directamente em «regressos» e começamos a perceber melhor a razão do título do livro. O regresso de Gonçalo, personagem principal de *A Ilustre Casa de Ramires*, de Moçambique é «um regresso das terras imperiais ao Portugal metropolitano, mas também um regresso à terra original, provinciana, e aos seus valores sociais e políticos arcaizantes».

Durante o período do Estado Novo assiste-se a uma afirmação da «aventura imperial portuguesa» e da «vocação ecuménica cristã dos portugueses para civilizar e evangelizar» (p. 120). A divulgação da imagem de Portugal como uma potência colonial é promovida nos manuais escolares e através de iniciativas como as da Agência Geral das Colónias (AGC) e da SGL, os filmes e os documentários, a rádio, os concursos literários, os cruzeiros de estudantes às colónias e a participação em exposições e congressos nacionais e internacionais. Contudo, apesar desta propaganda, Portugal não se tinha tornado a terceira ou a quarta potência mundial tantas vezes apregoada, embora fosse no império que se considerava estar inscrita a grandeza da nação. A Exposição do Mundo Português (1940), exemplo da criação de uma «comunidade imaginada», reflectiu essa cumplicidade e, como referiu a autora, a «legitimação das políticas do presente pela evocação do passado» (p. 127). Para Salazar, essa exposição era uma demonstração do que era «ser português».

Também através da literatura, e de alguns contos e poemas, se procurou divulgar «o mundo português», normalizando-o, ao instituir um concurso literário a cargo da AGC. Até aos anos 50 os romances premiados tinham algumas vezes pouco valor literário, mas representavam a reencarnação da ideologia salazarista. Neste conjunto, porém, a autora destaca a obra de Castro Soromenho pelo facto de as suas descrições corresponderem a «uma outra África, desconhecida do mundo branco», onde as personagens «agem, pensam, sentem, vivem» e onde os africanos não fazem apenas parte do cenário da paisagem (p. 142). Com a obra *Natureza Morta* de José-Augusto França (1949) a África optimista do Estado Novo é também desmistificada, nomeadamente com as críticas aos colonos que iam à procura de oportunidades em África.

As mudanças vieram sobretudo no início dos anos 50. Primeiro, com a revisão constitucional de 1951, que revogou o Acto Colonial, e, depois, com a integração das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Portugal deixa de surgir como um território constituído pela metrópole e pelas colónias, um conjunto ocupado por várias raças distintas entre si, para passar a ser descrito como um território pluricontinental, onde as colónias se designam por «províncias ultramarinas», e plurirracial, deixando a mestiçagem de ser vista como uma ameaça e passando a ser encarada como necessária e legitimadora da colonização portuguesa. Porém, o luso-tropicalismo foi mormente o discurso «de salvação de uma ideologia e de um regime» (p. 165) — os impulsionadores da guerra que trouxe o fim de uma ficção e o início do caminho de regresso do império imaginado.

No terceiro capítulo é dada voz a textos que evidenciam o lado da história trágico-marítima dos Descobrimentos. Para a autora, José Bação Leal, Assis Pacheco e Manuel Alegre parecem «sintetizar as várias maneiras como foi possível aos poetas da ‘hora urgente’ dizer o que se passava em África, mostrando que o centro estava a deslocar-se para a periferia» (p. 230). As margens e os naufrágios apresentados vão ser as imagens-epitáfios que constituem o prenúncio da queda do império e o desastre da guerra. O «centro» começou a ser questionado e iniciou-se o fim de um tempo, de um império, de uma identidade nacional e de uma moralidade nacional e familiar. Emerge alguma literatura sobre a guerra colonial e alguns textos de autores ligados aos movimentos de libertação das colónias. Os sectores estudantis manifestam-se, pondo em causa o ensino, o regime, a vocação imperialista e a guerra. Nos anos 60 e inícios dos anos 70 muitos jovens portugueses tiveram de optar entre a guerra e o exílio/emigração, uma geração ilustrada pela poesia de Manuel Alegre como «destinada à exportação: da universidade para a guerra ou para o exílio, da pobre aldeia para os matos africanos ou para os *bidonvilles* de Paris» (p. 194).

Com a guerra colonial aumentam os regressos ao cais de partida, embora por diferentes motivos (hospital psiquiátrico, prisão, reabilitação, cemitério, entre outros). Não era possível uma aproximação institucional à Europa enquanto não houvesse uma reforma democrática e uma resolução pacífica da guerra, o que só aconteceu com o 25 de Abril. Resta dizer que o colonialismo não foi um movimento de sentido único. Tanto os países colonizadores como os países colonizados foram mutuamente influenciados e reestruturados. Contudo, é só a partir da descolonização e do país regressado à origem que se começam a traçar as novas relações. Após 1974 surgem textos onde de novo se explora a questão da identidade portuguesa. E seria no «regresso das margens» que essa questão se iria colocar de forma mais diversificada. Estamos a falar dos «emigrantes chegados de países europeus», dos «soldados vindos das ex-colónias», dos exilados que re-

gressaram do estrangeiro e dos «retornados» (p. 235). Para todos os «regressados», Portugal era um «país imaginado» (*ibid.*).

Posteriormente, a «imaginação do centro» deixa de ser feita através do império para ser feita através da Europa. O período pós-colonial passou por várias fases: a nova lei da nacionalidade (1981), que privilegiava os laços sanguíneos, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1986) e a criação e institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996). Num mundo agora globalizado, Portugal ia negociando a sua posição. Foi nesse contexto que as histórias do passado e o seu ajuste de contas no presente foram revelados através da literatura, um meio privilegiado de exorcizar os fantasmas, de libertar as angústias e de denunciar situações trágicas, que teve a «genérica função de reparação moral, individual e colectiva» e que ligou os «processos de desterritorialização e reterritorialização» (pp. 251-253). Segundo a autora, as narrativas de guerra e as de regresso são «elementos de reflexão sobre o modo europeu/português de estar em África» e são «indispensáveis para entender o modo de estar hoje em Portugal» (p. 256). Por essa razão, e tendo o cuidado de demarcar o seu trabalho de estudos anteriormente realizados, dedica o quarto e último capítulo, intitulado «Leituras», à análise de trabalhos literários sobre a guerra colonial publicados depois do 25 de Abril.

Os textos escolhidos são *Os Cus de Judas*, de António Lobo Antunes (1979), *Autópsia de Um Mar de Ruínas*, de João Melo (1984), *Jornada de África*, de Manuel Alegre (1989), e *A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge (1988). Este é o capítulo mais longo, mas também o mais descritivo, no qual a autora vai contextualizando, quando necessário, e incluindo alguma teoria, mas cujo principal objectivo parece ser o de mostrar o conteúdo dos textos que denunciam o modo como o «Portugal-centro-periferia é desfeito, mantido ou reimaginado» (p. 19). No entanto, vai recorrendo a outros autores que já reflectiram sobre estas obras e reconhece o contributo de tais leituras para a sua análise. Ao mesmo tempo estabelece comparações entre as quatro obras. A autora detém-se mais tempo com *A Costa dos Murmúrios*, que relata a vida das mulheres na guerra, não no quartel nem no mato, mas em casa ou no hotel, numa atitude, sobretudo, de espera. Todavia, esta é parte do livro que tem mais ritmo, revelando um texto que pretende «dar visibilidade ao lado invisível da história, aparentemente traçada pelos homens, mas onde está a mão cúmplice ou subversiva da mulher» e aos vários murmúrios, «pela voz de mulheres» (pp. 371-375). Todas as quatro obras terminam de uma forma nostálgica e melancólica, onde a África surge como o espelho de um Portugal limitado e amordaçado. O império estava a perder-se e o corpo desmembrado chegava, finalmente, a casa.

As narrativas de regresso redimensionam então o «último naufrágio português» e levam-nos a pensar sobre um novo discurso de identidade. Porém, a própria identidade portuguesa pós-colonial tem vindo a definir-se num jogo

de equilíbrios entre os destroços do império e os caminhos que se abrem com a Europa e, como temos assistido ultimamente, mesmo em termos económicos e políticos, é sobre algumas continuidades imperiais que assenta o projecto europeu e a sua relação com a África. Na verdade, o tema do «império» continua a fazer parte das conversas e dos discursos de muitos portugueses, assim como das agendas dos investigadores. Além disso, no âmbito dos estudos sobre a história recente de Portugal, e não só, é um tema incontornável.

Da leitura do texto registámos alguns pequenos lapsos. Por exemplo, apesar de na p. 68 referir que a obra *O Brasil e as Colónias Portuguesas* é de 1881, na p. 80 refere que foi publicada em 1880, o que está correcto, pois é essa a data original. Ainda a respeito de Oliveira Martins podia ter destacado a diferente visão deste historiador relativamente às colónias na década de 80 e na década de 90 do século XIX. Quanto ao modo como apresenta o argumento — o império e a sua intransigente manutenção foram sempre o escape a uma vivência de periferia —, a autora parece, por vezes, partir do pressuposto da condição de periferia e de ideias que remetem para a melancolia e para a perda, parecendo conduzir o seu trabalho em busca de provas para demonstrar essas pressuposições. Para além de ao longo do texto concordar quase sempre com o que dizem os autores que estudaram os temas que analisa, alguns são equiparados a outros, referidos de forma idêntica ou como se todos estivessem ao mesmo nível de abordagem. Deveria ter existido uma maior preocupação em diferenciá-los, pois, embora todos escrevam sobre as suas preocupações relativamente a Portugal, são muito diferentes entre si: romancistas, políticos, poetas, historiadores, etc. Isso acontece, por exemplo, na p. 88 e também na p. 100, onde compara uma obra literária (que mistura realidade e ficção) com um estudo histórico, baseada nos dados empíricos que ambos lhe fornecem. O que alguns deles têm em comum, sobretudo aqueles a que se refere no segundo capítulo, mas não todos, é a evidência de quererem fazer ressurgir Portugal pela sua vocação imperial. Dado o tema do trabalho, poderia ter existido também uma definição de memória. Ao longo do texto são utilizadas várias expressões poéticas e percebemos que são a poesia e a literatura as grandes inspiradoras do texto e que autora tem um conhecimento profundo das mesmas. Essa aura literária, aliás, cativa-nos para a sua leitura. No entanto, o texto vai algumas vezes atrás para chegar ao fim e às conclusões. Por essa razão, talvez pudesse ser um pouco mais sucinto. A sua extensão sugere-nos ainda que deveria ter constado do trabalho um índice mais pormenorizado dos pontos a tratar.

Como pontos fortes do livro destaca-se a escolha do tema — a história do império colonial e o pós-colonialismo —, pois, apesar de não existir um consenso científico relativamente à leitura de «periferia» que a autora faz,

trata-se de um tema que continua a suscitar discussões. É de salientar a exaustividade e a diversidade dos materiais analisados. A bibliografia é vasta e totalmente pertinente. O texto está bem escrito, numa linguagem acessível, não hermenêutica, seguindo uma escrita escorreita. A forma correcta como a autora utiliza os dados históricos, a literatura e alguns conhecimentos das ciências sociais torna este trabalho de grande utilidade para qualquer dessas áreas. Será uma leitura fundamental para investigadores e estudantes devido à sua abrangência, à forma como está contextualizado historicamente e às suas interpretações que beneficiaram dos conhecimentos das ciências sociais, contribuindo para melhor elucidar alguns temas que, embora já conhecidos e tratados noutros livros, continuam a ser debatidos.

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS

Doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa